

Regulamenta os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades a empresa participante de licitação e/ou contratada pelo Superior Tribunal de Justiça.

O DIRETOR-GERAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 16.2, inciso X, alínea “b”, do Manual de Organização do STJ, considerando os arts. 86, 87 e 88 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 7º da Lei n. 10.520 de 17 de julho de 2002 e o que consta do Processo STJ n. 12.190/2018,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Os procedimentos de apuração e aplicação de penalidade, decorrente de descumprimento parcial ou total de regras estabelecidas em edital de licitação e/ou em contrato formalizado pelo Tribunal ficam regulamentados por esta instrução normativa e observadas as condições definidas em instrumento convocatório, contrato, nota de empenho ou termo equivalente.

Parágrafo único. Para efeito desta instrução normativa, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre o STJ e outra pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, mas que estabeleça obrigações de dar, fazer, entregar, entre outras admitidas em direito.

Art. 2º A licitante ou contratada que descumprir, parcial ou totalmente, regra estabelecida no edital da licitação e/ou no contrato formalizado pelo Tribunal ficam sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou termo equivalente:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal, por prazo não superior a dois anos, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei n. 8.666/1993;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União, e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo da aplicação de multa e demais cominações legais previstas no edital da licitação e/ou no contrato, consoante o disposto no art. 7º da Lei n. 10.520/2002;

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. A reabilitação mencionada no inciso V será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III deste artigo.

CAPÍTULO II

DA INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Seção I

Da Aplicação das Sanções Administrativas

Art. 3º Na instrução da aplicação das sanções administrativas, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

- I – a natureza e a gravidade da infração contratual;
- II – os danos que o cometimento da infração ocasionar;
- III – a vantagem auferida pelo apenado em virtude da infração;
- IV – as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
- V – os antecedentes da contratada;
- VI – o custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

Seção II

Da Advertência

Art. 4º A advertência deve ser formalmente aplicada como alerta para a adoção de medidas corretivas e com o objetivo de sanar faltas leves, quando o licitante/contratado descumprir obrigação exigida ou desatender à determinação prevista no edital da licitação ou em cláusula do contrato.

Parágrafo único. Consideram-se faltas leves aquelas que não prejudiquem o certame licitatório, não interfiram diretamente na execução do objeto contratado, nem comprometam prazos e/ou entrega de bens ou execução de serviços.

Seção III

Da Multa

Art. 5º A pena de multa será aplicada de acordo com o edital da licitação e/ou cláusulas contratuais correspondentes e poderá ser cumulada com as demais sanções previstas nas Leis n. 8.666/1993 e n. 10.520/2002.

§ 1º São aplicadas multa de mora ou multa compensatória sobre a parcela inadimplida e não estão condicionadas à existência de eventuais prejuízos à Administração.

§ 2º A multa de mora é imposta à contratada que fornecer bens e/ou executar serviços de forma integral, porém com atraso, cuja justificativa não seja aceita pela

§ 3º A multa compensatória é aplicada em razão da inexecução, parcial ou total, do fornecimento de bens e/ou serviços objeto do contrato.

Art. 6º A multa de valor irrisório decorrente de contrato formalizado por meio de nota de empenho, com entrega imediata que não resulte em obrigação futura, não será processada, sem prejuízo da sua aplicação, cumulada ou não de outra penalidade de maior gravidade, a depender do caso concreto.

Parágrafo único. Para os efeitos desta instrução normativa, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 2% do previsto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

Art. 7º Nas contratações formalizadas por meio de termo de contrato, não são aplicadas as disposições previstas no art. 6º, casos em que a multa presumida deve ser processada independentemente do valor auferido, mediante o devido processo legal que garanta ao interessado o exercício da ampla defesa e do contraditório.

§ 1º O Tribunal pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção ou o recolhimento no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi do valor da multa presumida concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo.

§ 2º A multa presumida de valor superior ao limite estabelecido no art. 6º e igual ou inferior a R\$ 1.000,00 será recolhida ao Tesouro Nacional, por ocasião do pagamento do respectivo fornecimento ou prestação de serviço.

§ 3º Quando houver provimento do recurso ou reconsideração da decisão que aplicar a penalidade, os valores retidos/recolhidos serão devolvidos ao interessado.

§ 4º Na hipótese do § 3º, a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF providenciará a respectiva restituição, mediante solicitação à Secretaria do Tesouro Nacional, quando for o caso.

Art. 8º O valor da multa aplicada, observada a ordem abaixo, pode ser:

- I – retido dos pagamentos devidos pela Administração;
- II – pago por meio de guia de recolhimento da União – GRU;
- III – descontado do valor da garantia prestada;
- IV – cobrado judicialmente.

Seção IV

Da Suspensão Temporária e do Impedimento de Contratar.

Art. 9º. A suspensão temporária de participar de licitação e o impedimento de contratar, pelo prazo de até dois anos, destinam-se a punir a ocorrência de falhas reiteradas, bem como o cometimento de faltas graves, referentes às licitações e contratos regidos pela Lei n. 8.666/1993.

Art. 10. O impedimento de licitar e contratar com a União, enseja o descredenciamento da empresa do Sicaf ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos, consoante o disposto no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

Art. 11. Consideram-se faltas graves, passíveis de suspensão temporária ou impedimento de licitar, aquelas que possam prejudicar o certame licitatório e/ou justificar a

Art. 12. Os prazos de suspensão temporária ou de impedimento de licitar são estipulados caso a caso, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as condições estabelecidas no edital da licitação e no contrato, bem como o grau de comprometimento da Administração em decorrência das irregularidades constatadas.

Seção V

Da Declaração de Inidoneidade

Art. 13. A declaração de inidoneidade é a sanção administrativa de máxima intensidade, prevista no inciso IV do art. 87 e no art. 88 da Lei n. 8.666/1993, e tem por objetivo punir faltas gravíssimas.

§ 1º Consideram-se faltas contratuais gravíssimas aquelas de natureza dolosa das quais decorram prejuízos ao interesse público e de difícil reversão.

§ 2º Reputar-se-ão inidôneos, também, atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993.

§ 3º Para reabilitação do interessado, observar-se-á o disposto no inciso IV e § 3º do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

§ 4º A reabilitação será promovida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Seção VI

Da Abertura Do Procedimento Sancionatório

Art. 14. A Secretaria de Administração – SAD, por meio da Seção de Análise de Garantia, Conta Vinculada e Sanções Contratuais – Sagav, é a unidade responsável pela instrução do procedimento sancionatório em caso de descumprimento parcial ou total das condições estabelecidas nesta instrução normativa.

Art. 15. A Comissão Permanente de Licitação – CPL, o gestor do contrato ou a Coordenadoria de Suprimentos e Patrimônio – CSUP, conforme o caso, devem encaminhar à Sagav pedido para abertura de procedimento sancionatório sempre que constatado descumprimento de regra estabelecida no edital da licitação e/ou em cláusula contratual.

Parágrafo único. O pedido de abertura de procedimento sancionatório deve conter a descrição da conduta praticada e as cláusulas infringidas, acompanhado dos documentos necessários à comprovação dos fatos narrados.

Art. 16. O processo sancionatório é instruído da seguinte forma:

I – identificação do processo administrativo da licitação, ou da dispensa/inexigibilidade quando for o caso;

II – cópia ou indicação de *link* dos seguintes documentos:

a) despacho com a descrição da conduta praticada pela contratada e das cláusulas contratuais infringidas, acompanhado dos documentos necessários à comprovação dos fatos narrados;

b) edital, contrato ou outro instrumento de ajuste e respectivos termos aditivos;

c) manifestações expedidas pela CPL, pelo gestor do contrato ou pela CSUP

d) pedido de prorrogação de prazo solicitado pela licitante/contratada e os respectivos despachos de deferimento ou de indeferimento;

e) termos de recebimento provisório e definitivo, na forma prevista em contrato;

f) expediente emitido pela SOF que informe a realização de retenção cautelar ou o recolhimento correspondente à multa nos pagamentos efetuados, quando for o caso;

g) ofício de comunicação à licitante/contratada quanto ao descumprimento registrado, às cláusulas infringidas e à abertura de prazo para apresentação de defesa prévia e de recurso;

h) comprovante de ciência/recebimento da notificação referente à abertura do procedimento sancionatório e da aplicação da pena, quando for o caso.

III – outros documentos considerados pertinentes para a instrução do processo.

Seção VII Da Notificação

Art. 17. A licitante/contratada será notificada pela Sagav para apresentar defesa prévia referente ao descumprimento de obrigação que possa ensejar a aplicação das sanções previstas no ato convocatório ou instrumento equivalente.

§ 1º A notificação deve conter:

I – identificação da contratada e da autoridade que instaurou o procedimento;

II – finalidade da notificação;

III – breve descrição do fato passível de aplicação de penalidade;

IV – citação das cláusulas contratuais infringidas;

V – comunicação da retenção cautelar, se for o caso;

VI – informação da continuidade do processo independentemente da manifestação da contratada;

VII – vistas dos autos para o exercício do contraditório e da ampla defesa, observado o disposto no art. 18 desta instrução normativa;

VIII – outras informações julgadas necessárias pela Administração.

§ 2º A notificação para defesa prévia deve ser feita mediante de ofício entregue à contratada por uma das seguintes formas:

I – via correio eletrônico;

II – carta registrada, com aviso de recebimento – AR;

III – pessoalmente à representante da contratada, mediante recibo.

§ 3º O prazo para apresentação de defesa prévia é de cinco dias úteis, admitindo-se a produção probatória, observado o disposto no art. 110 da Lei n. 8.666/1993.

§ 4º A notificação dos atos será dispensada quando o representante da contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio certificado nos autos.

Art. 18. A interessada deve ser notificada dos despachos ou decisões que lhe

Parágrafo único. A notificação deve ser publicada no Diário Oficial da União, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que a interessada se encontrar.

Seção VIII Da Defesa Prévia

Art. 19. Aos interessados é assegurada vista do processo e obtenção de certidões ou cópia dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§ 1º O Tribunal não arcará com eventuais despesas relacionadas às provas solicitadas pela contratada.

§ 2º As provas propostas pela contratada, quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada.

§ 3º A defesa prévia pode ser submetida à CPL, à CSUP, ao gestor ou ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, para manifestação a respeito das alegações apresentadas.

§ 4º A Sagav, com base nas informações apresentadas pelos interessados, analisará a defesa prévia e emitirá opinativo para deliberação da SAD quanto à aplicação da sanção ou acolhimento das razões alegadas pela contratada.

Art. 20. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa prévia, sem manifestação da contratada, a SAD aplicará a multa e estabelecerá o prazo de cinco dias úteis para apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

Seção IX Do Recurso

Art. 21. Da decisão que aplicar a sanção cabe recurso administrativo no prazo de cinco dias úteis contados do primeiro dia útil após o recebimento da notificação e/ou vista dos autos pela contratada.

Parágrafo único: O recorrente deverá expor os fundamentos do recurso e juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 22. Atestada a tempestividade do recurso, a Sagav analisará as alegações apresentadas e submeterá os autos à SAD para deliberação.

Parágrafo único. A SAD pode reconsiderar a decisão que aplicou a penalidade ou mantê-la.

Art. 23. O recurso não acolhido pela SAD será submetido ao diretor-geral para decisão definitiva.

Parágrafo único. A decisão do diretor-geral pode ser fundamentada com base em parecer emitido pela Assessoria Jurídica – AJU, que, neste caso, passa a ser parte integrante da decisão.

Art. 24. Transcorrido o prazo para apresentação de recurso sem manifestação da contratada, a sanção será aplicada definitivamente e registrada no Sicaf e nos sistemas internos do Tribunal.

Art. 25. A contratada será notificada da decisão e deverá receber cópia do despacho em que foi proferida a sanção e do parecer emitido pela Assessoria Jurídica, se acolhido pela decisão.

Art. 26. Decidido o recurso e mantida a decisão que aplicar a sanção, o processo será encaminhado à:

I – SOF, para recolhimento definitivo dos valores retidos aos cofres públicos, quando for o caso;

II – Sagav, para registrar a penalidade, no Sicaf e nos sistemas internos do Tribunal, bem como notificar a interessada da decisão proferida.

Art. 27. Com a decisão do recurso exaure-se a esfera administrativa.

Seção X

Do Pedido de Reconsideração

Art. 28. Da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade poderá ser interposto pedido de reconsideração.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração poderá ser interposto no prazo de dez dias úteis da intimação do ato, observado o disposto no art. 110 da Lei n. 8.666/93.

Seção XI

Dos Prazos

Art. 29. A contagem do prazo para cumprimento de obrigação por parte da contratada será em dias contínuos, não se interrompendo nos sábados, domingos e feriados, salvo disposição contratual em sentido contrário.

Art. 30. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

§ 1º Os prazos fluirão a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação.

§ 2º O prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, quando não houver expediente no Tribunal ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.

§ 3º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. As decisões deverão ser expressamente motivadas.

Art. 32. Na hipótese de a contratada praticar quaisquer dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, durante a vigência do contrato, aplicar-se-ão as penalidades e o procedimento nela estabelecidos.

Art. 33. Caso não seja efetuada a quitação dos valores correspondentes às multas aplicadas nos moldes previstos nesta instrução normativa, o Tribunal poderá, conforme o

I – proceder à inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin;

II – oficiar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou à Advocacia-Geral da União para que adotem as medidas pertinentes.

Art. 34. Aplicam-se subsidiariamente a esta instrução normativa os preceitos da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 35. Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor-geral da Secretaria do Tribunal.

Art. 36. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Lúcio Guimarães Marques